

O uso de imagens em livros didáticos de Geografia: um olhar antirracista sobre a (in)visibilidade das mulheres negras

The use of images in Geography textbooks: an anti-racist look at the (in)visibility of black women

Ana Flavia Borges de Oliveira¹
Adriany de Ávila Melo Sampaio²

Resumo

O presente artigo discute o racismo genderizado e a (in)visibilidade das mulheres negras nas representações presentes em livros didáticos de Geografia aprovados no PNLD de 2014, 2020 e 2024. Propõe-se compreender como as imagens, que não são neutras, atuam como dispositivos de poder e controle simbólico que sustentam o racismo e o sexismo na educação. O estudo articula-se sobre a leitura de imagens, entendida como um processo interpretativo e cultural, no qual o olhar é sempre socialmente situado e ideologicamente orientado. Assim, a pesquisa analisa as imagens de controle, conceituadas por Patrícia Hill Collins (2019) como representações estereotipadas que sustentam desigualdades raciais e de gênero. Caracterizando-se como uma pesquisa documental, a investigação desenvolve-se por meio da análise das imagens, na qual busca investigar como essas mulheres são representadas ou silenciadas, observando como o racismo genderizado atravessa as narrativas presentes nos livros didáticos, construindo imagens marcadas pela ausência, pela exotização, pelos estereótipos colonialistas e racistas: da subalternização, da submissão, da hipersexualização ou da associação à fome e pobreza. Como resultado, observou sob uma perspectiva interseccional que as representações das mulheres negras evidencia que, mesmo em materiais recentes, persistem imagens que reproduzem estereótipos historicamente construídos e reforçam estruturas de poder e opressão que naturalizam desigualdades sociais e raciais.

Palavras-chave: Imagens de controle; Interseccionalidade; Racismo genderizado; Representações sociais.

Abstract

This article discusses genderised racism and the (in)visibility of black women in the representations in Geography textbooks approved in the 2014, 2020 and 2024 PNLD. The aim is to understand how images, which are not neutral, act as devices of power and symbolic control that sustain racism and sexism in education. The study is based on the reading of images, understood as an interpretative and cultural process, in which the gaze is always socially situated and ideologically orientated. The research therefore analyses ‘control images’, defined by Patricia Hill Collins (2019) as stereotypical representations that perpetuate racial and gender inequalities. Described as a documentar study, the research is conducted through an analysis of the images, seeking to investigate how these women are represented or silenced, observing how gendered racism permeates the narratives in textbooks, constructing images marked by absence, exoticisation, and colonialist and racist stereotypes: of subordination, submission, hypersexualisation or association with hunger and poverty. As a result, she observed from an intersectional perspective that the representations of black women show that, even in recent materials, images persist that reproduce historically constructed stereotypes and reinforce structures of power and oppression that naturalise social and racial inequalities.

Keywords: Images of control; Intersectionality; Gendered racism; Social representations.

¹ Universidade Federal de Uberlândia. ana.oliveira6@ufu.br

² Universidade Federal de Uberlândia. adrianyavila@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

Conforme dados do Censo Demográfico de 2022, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2022), a população negra (pretos e pardos), constitui a maioria, somando cerca de 55,5% da população brasileira. No entanto, o país ainda carrega o estigma da invisibilidade racial, mantendo-os ainda mais invisíveis em diversos espaços sociais. Esse apagamento histórico reflete-se, de maneira evidente, nas páginas dos materiais escolares, ao analisar criticamente os livros didáticos de Geografia, percebe-se uma diminuição ou ausência de fotografias, e um aumento do número de mapas, charges, textos e animações. Essa exclusão é também uma forma de representação social e de transmitir uma mensagem ou (re)produzir discursos, está enraizada nas estruturas históricas do Brasil, e encontra-se naturalizada e reproduzida pela mídia de forma geral e pelos livros didáticos, apresentando um papel importante na reprodução de discursos racistas que normalizam a condição de subalternidade das pessoas negras, especialmente das mulheres negras que representam cerca de 28% da população, segundo a mesma base de dados do IBGE.

A maneira como o corpo negro feminino é visto ou silenciado na sociedade, é fruto de um processo histórico de escravização e do colonialismo que ainda insiste em permanecer por meio do racismo estrutural que organiza e hierarquiza a sociedade brasileira, reforçando e naturalizando estereótipos sobre a mulher negra em narrativas de hipersexualização, subalternização e marginalização.

Segundo Almeida (2019), o racismo estrutural está enraizado na estrutura social e orienta as relações institucionais, econômicas, culturais e políticas nos tempos atuais. Trata-se de um sistema que molda relações de poder, normaliza as práticas discriminatórias e institucionaliza as desigualdades raciais, produzindo hierarquias que se tornam naturalizadas entre grupos raciais. A herança discriminatória do período da escravização e a falta de oportunidades e ações para a integração da população negra à sociedade são marcas do racismo estrutural. Dessa maneira, esse sistema de opressão é fundamental para compreender por que as mulheres negras, apesar de constituírem um dos maiores grupos populacionais do Brasil, ainda continuam sendo invisibilizadas ou representadas de forma distorcida em livros didáticos, na mídia e em diferentes espaços sociais.

A produção e circulação de livros didáticos de Geografia no Brasil, ainda refletem práticas curriculares marcadas por omissões e silenciamentos de grupos historicamente marginalizados. Entre esses grupos, destacam-se as mulheres negras, cuja presença nos materiais didáticos é, muitas vezes, inexistentes ou restritas a representações estereotipadas. Essa invisibilidade não é neutra, se articula às imagens de controle que operam na manutenção de narrativas racistas, machistas e sexistas (Collins, 2019).

As imagens presentes em livros didáticos de Geografia são, muitas vezes, tomadas como simples recursos ilustrativos que acompanham os textos escritos. No entanto, ao serem analisadas criticamente, revelam-se como discursos visuais atravessados por relações de poder e por ideologias que moldam as formas de ver e ler o mundo (Oliveira Júnior, 2009). Em um contexto educacional que historicamente silencia e marginaliza as trajetórias de mulheres negras, torna-se necessário investigar de que modo essas imagens participam da produção e reprodução do racismo e do sexismo nos livros didáticos.

É fundamental considerar que o livro didático permanece com um dos recursos mais tradicionais e utilizados muitas vezes como única ferramenta de ensino-aprendizagem na escola pública brasileira. Ele pode auxiliar na melhora da qualidade da educação quando os conteúdos estão atualizados de acordo com o cotidiano dos estudantes, bem como estarem livres de preconceitos e discriminações, promovendo o antirracismo em sala de aula. Ressaltando que os professores devem utilizá-lo como apoio às aulas, facilitando a inserção de novas metodologias de uso deste material.

Entende-se os livros didáticos como portadores de um sistema de valores ideológicos, pois não são neutros, e sim, um elemento de disputas de poder onde seleciona o que deve ser ensinado, lembrado ou esquecido. Compreendê-los exige desnaturalizar os conteúdos e linguagens que nele constam, identificando os projetos de sociedade que seus conteúdos e discursos sustentam.

A obra didática ao constituir-se em uma ferramenta escolar, nesse sentido, permite leituras provocativas e norteadoras de possíveis mudanças na prática pedagógica. Entretanto, o livro não pode ser o principal e única fonte de saber, fechando as portas aos diálogos e debates relacionados às problemáticas apresentadas por ele. Não pode, também, ser considerado como um recurso de informações prontas, onde o estudante reproduza pensamentos e respostas elaboradas a partir de conhecimentos simplificados apresentados pelos mesmos, e que nem sempre estão conectados à realidade da comunidade ao qual o estudante está inserido. Mas, no método de ensino tradicional, ao considerar, em sala de aula, o livro didático como o único objeto de estudo e fonte de pesquisa possível, ao ser utilizado de forma limitada e antagônica a realidade do alunado realiza leitura única do mundo (Silva; Tonini, 2022, p. 83-84).

Silva e Tonini (2022) consideram o livro didático como auxílio do ensino-aprendizagem para o professor e o estudante, cabendo ao docente a responsabilidade de usar diversos recursos pedagógicos em sala de aula na busca de um ensino de qualidade e de uma prática pedagógica ressignificada, e utilizá-lo como suporte e pesquisa para que os estudantes não reproduzam discursos preconceituosos e valorizam a diversidade étnico-racial presente na escola.

Um dos trabalhos encontrados sobre a inserção da temática gênero ou a presença da mulher nesses materiais, é a tese de Tonini (2002), que demonstra os papéis secundários exercidos majoritariamente pelas mulheres nos livros didáticos publicados entre 1996-1998. A autora

problematiza o livro didático de Geografia como um instrumento que vai além da simples transmissão de conteúdos, funcionando como dispositivo de poder responsável por estruturar identidades e organizar posições sociais.

O presente artigo propõe analisar as representações sociais das mulheres negras em três imagens selecionadas de três livros didáticos de Geografia do Ensino Fundamental II (anos finais) de coleções distintas. Destas imagens, duas foram estudadas em pesquisas anteriores, como o Trabalho de Conclusão de Curso e no Mestrado, sendo, um do 7º ano e dois do 8º ano, selecionados entre as obras aprovadas no Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD) nos anos de 2014, 2020 e 2024, buscando compreender como se constroem ou se apagam suas presenças nesses materiais amplamente utilizados na educação básica. Parte-se da compreensão de que a visualidade também é um campo de disputa, no qual o olhar não é neutro, mas atravessado por valores, crenças e hierarquias.

Assim, a análise das imagens se ancora nas contribuições de Santaella (2012), para quem ler uma imagem é interpretar um signo cultural, inserido em contextos históricos e sociais específicos. As imagens, portanto, não apenas refletem o real, mas o constroem, organizando modos de ver e de pensar.

Essa leitura crítica das imagens é atravessada pela compreensão do racismo genderizado (Kilomba, 2019), que evidencia como raça e gênero se interseccionam na construção de subjetividades e nas práticas de silenciamentos e exclusão, confirmando que as mulheres sofrem dupla discriminação: por serem mulheres e por serem negras. Evidenciando, assim, o conceito de interseccionalidade, que pode ser entendido, de acordo com Crenshaw (2002), como o entrecruzamento de eixos de opressões, como gênero, classe e raça, os quais afetam de maneira muito específica as mulheres negras. Já Collins e Bilge (2021) apresenta como um “sistema de opressão interligado” e como uma “ferramenta analítica” que perpassa os grupos oprimidos que sofrem discriminações cotidianamente impostas por opressões estruturantes da matriz de dominação, além de serem considerados inferiores em uma sociedade patriarcal, racista e machista. A interseccionalidade é importante para entender como começa o racismo e determina as discriminações, assim como as opressões são ressignificadas.

Ao lado dessa perspectiva, as reflexões de Collins (2019) sobre as imagens de controle permitem compreender como determinadas representações sociais, como a da mulher negra associada à força, à hipersexualização ou à subserviência atuam como mecanismos simbólicos de dominação. Essas imagens distorcem e controlam as narrativas a respeito do corpo negro feminino, produzindo uma abordagem que acaba naturalizando as diferenças e as desigualdades.

Dessa forma, o artigo propõe uma leitura antirracista e interseccional das imagens que estão presentes em livros didáticos de Geografia, entendendo o espaço visual como território de disputa e de produção de sentidos. Ao problematizar as formas como as mulheres negras são representadas ou silenciadas nas imagens, busca-se contribuir para a reflexão sobre a necessidade de decolonizar o olhar e promover práticas antirracistas que rompam com a lógica da exclusão e da subalternização.

A investigação insere-se, assim, no campo de discussões sobre a Geografia Escolar, ao compreender o livro didático como um artefato político e cultural central na produção de sentidos no espaço escolar. Ao problematizar as formas como as mulheres negras são representadas ou silenciadas nas imagens, busca-se desvelar o caráter ideológico desse recurso, contribuindo para o debate sobre a necessidade de decolonizar os materiais didáticos e promover práticas curriculares que rompam com a lógica da exclusão e da subalternização.

2 O RACISMO GENDERIZADO NA PERSPECTIVA INTERSECCIONAL

Ao realizar o recorte racial e de gênero para discutir a presença de pessoas negras nos materiais didáticos, torna-se indispensável evidenciar a invisibilidade histórica das mulheres negras, cujas contribuições foram silenciadas ou invisibilizadas. Os seus saberes e suas produções, embora importantes, deixaram de ser reconhecidos por décadas, marcados pelo efeito do racismo genderizado (Kilomba, 2019) na estrutura social e científica.

O racismo genderizado (Kilomba, 2019) se refere à intersecção entre racismo e sexismo, onde mulheres negras são afetadas por um sistema de opressão que combina preconceitos raciais e de gênero. Esse conceito trazido por Kilomba (2019) pode ser compreendido pela teoria da interseccionalidade, conceito abordado por intelectuais negras como Akotirene (2019) e Collins e Bilge (2021).

A interseccionalidade nos permite partir da avenida estruturada pelo racismo, capitalismo e cisheteropatriarcado, em seus múltiplos trânsitos, para revelar quais são as pessoas realmente acidentadas pela matriz de opressões. A interseccionalidade dispensa individualmente quaisquer reivindicações identitárias ausentes da coletivamente constituída, por melhores que sejam as intenções de quem deseja se filiar à marca fenotípica da negritude, neste caso as estruturas não atravessam tais identidades fora da categoria de Outros. (Akotirene, 2019, p. 29)

Para Akotirene (2019, p. 20), “A interseccionalidade nos mostra mulheres negras posicionadas em avenidas longe da cisgeneridade branca heteropatriarcal”, e continua dizendo que “a interseccionalidade sugere que raça traga subsídios de classe-gênero e esteja em um patamar de igualdade analítica”..

Diante disso, Kilomba (2019) entende que as formas de opressões se entrecruzam, pois refere-se ao entrecruzamento de eixos de opressões, principalmente de gênero, classe e raça que vão além de sexualidade, religião, idade e etnia, entre outras, as quais resultam em maior discriminação, desigualdades sociais e traumas causados pelo racismo na vida das mulheres negras. O conceito perpassa todas as opressões que interfere as mulheres negras para além da raça, do gênero, da classe, da orientação sexual, da nacionalidade, do colonialismo, da decolonialidade e todas as outras questões que invadem nossos corpos, cor e gênero, pois são interrelacionadas e moldam-se mutuamente.

Kilomba (2019, p. 98-99) afirma que raça e gênero “não atuam separadamente, mas se entrelaçam como experiências simultâneas de opressão”. Esse entrelaçamento produz formas específicas de violência simbólica que incidem sobre o corpo feminino negro, construindo modos de olhar que já estão orientados por estereótipos historicamente fixados. Assim, o racismo genderizado funciona como uma lente que determina quais papéis sociais podem ser atribuídos às mulheres negras e quais presenças lhes são negadas.

As imagens de controle (Collins, 2019) se referem às ideias que são aplicadas às mulheres negras e que permitem que outras pessoas as enxerguem e as tratem de determinado jeito, além de mostrar como ideias são centrais e como o poder e o controle funcionam. O controle pode ser externo quando pessoas enxergam mulheres negras por meio dessas lentes das imagens de controle ou podem ser internos quando as mulheres negras chegam a acreditar nessas imagens sobre si mesmas, fazendo que se sintam diminuídas e menores do que todas as outras pessoas.

Dessa maneira, as imagens de controle (Collins, 2019) servem também para justificar a desigualdade racial e de gênero. Para a autora, essas imagens operam como mecanismos ideológicos que naturalizam a subordinação das mulheres negras. A figura da “mammy”, a empregada submissa, da “Jezebel” que é vista como uma mulher hipersexualizada ou da “matriarca”, considerada a mulher forte, constituem formas simbólicas de contenção, que limitam a humanidade mulheres negras. As imagens que constam em livros didáticos não são inocentes, pois se materializam visualmente em um sistema de opressão estruturado pela interseccionalidade entre raça e gênero.

As imagens contemporâneas têm ligação subterrânea com imagens de tempos pretéritos. As referências do passado às vezes parecem desaparecer, mas em termo de articulação ganham nova roupagem, permanecem, na maioria das vezes, como suporte de construção de imagens de negros, índios (o cinema americano que o diga), mulheres e outros segmentos vulneráveis (Borges, 2012, p. 186).

Borges (2012) afirma que as imagens, ideias, conceitos foram impostos, seja em relação aos indivíduos ou aos grupos. Estão inseridas nos discursos e pensamentos preexistentes desde o início

da organização das sociedades humanas, são caracterizadas por ideologias e preconceitos, e qualificados como verdades, por alguns grupos sociais. As representações compõem-se de combinações de imagens, tradições e percepções compartilhadas por diversas pessoas em suas coletividades, e são herdadas de uma geração a outra, a qual reproduz para repetir algo já existente no passado e que ainda faz sentido no presente.

3 O OLHAR IDEOLÓGICO SOB O LIVRO DIDÁTICO DE GEOGRAFIA

O livro didático é uma das principais formas de documentação e consulta de professores e estudantes, e ainda influencia o trabalho pedagógico e cotidiano no ambiente escolar. É considerado o material escolar mais tradicional e utilizado muitas vezes como única ferramenta de ensino e aprendizagem em sala de aula, possuindo papel fundamental em “educar pelo olhar” (Oliveira, Júnior, 2009, p. 20).

O professor necessita olhar as imagens presentes nos livros didáticos de forma crítica, pois elas são como verdades absolutas da realidade e da sociedade, podendo transmitir histórias vistas como únicas e inquestionáveis. E a consequência disso é uma ferramenta ideológica dominante com estereótipos raciais antigos que mantêm a ideologia do branqueamento como estruturante do pensamento racial do país, constituindo uma sociedade racista com discursos prontos de uma história única criada pelos grupos colonizadores.

As imagens, assim definidas por Santaella (2012, p. 15) “como artefato, bidimensional (como um desenho, pintura, gravura, fotografia) ou tridimensional (como em uma escultura), que tem uma aparência similar a algo que está fora delas”. A leitura das imagens presentes nos livros didáticos precisa partir da compreensão de que o olhar que interpreta uma imagem nunca é neutro, sendo necessário “desenvolver a sensibilidade para saber como as imagens se apresentam, como indicam ou querem indicar, qual o contexto, como significam, pensam e quais são seus modos específicos de representar a realidade” (Santaella, 2012, p. 13)

As imagens como representações visuais fazem parte do território da imagem descrito pela autora e interessado neste artigo, pois a leitura será realizada de imagens criadas e reproduzidas pelo olhar colonial, sendo importante uma leitura atenta e crítica para as imagens presentes nos livros. Segundo Santaella (2012, p. 18), “as imagens podem ser fixas, em movimento e animadas”, aproximando do que se trata imagens de controle, trazido por Collins (2019), que são dinâmicas e passam por transformações ao longo do tempo histórico, apresentando uma falsa ideia de que não são estereotipadas, além de ter o poder de controlar o comportamento e silenciar de forma violenta os grupos historicamente oprimidos.

Como afirma Santaella (2012), ver é sempre interpretar e a imagem deve ser compreendida como um signo cultural com uma variedade de valores, crenças e ideologias. Para a autora, o olhar é orientado historicamente, no qual não observamos apenas o que está representado, mas aquilo que fomos educados para reconhecer. Assim, a leitura de imagens envolve processos culturais e políticos, o que significa que o conteúdo visual dos livros didáticos participa diretamente da formação de subjetividades e da construção de visões de mundo.

Essas representações são significados produzidos pelos grupos dominantes (como por exemplo, o estado, a religião, a ciência e as instituições de forma geral), impostos na sociedade e reproduzidos coletivamente, que por sua vez, são perpetuados em novas imagens, conceitos e discursos que reforçam as representações antigas, como por exemplo os estereótipos propagados pela mídia de massa, utilizados para inferiorizar as mulheres negras, no qual a sociedade é manipulada sem questionar a veracidade e credibilidade dessas imagens (Oliveira; Sampaio, 2024).

Tonini (2002, p. 32) destaca que o livro didático não pode ser considerado somente um “depósito” de conteúdos, mas como “[...] um lugar em que os autores e autoras registravam os conhecimentos geográficos, mas também, [...], como um lugar de produção de significados, como um artefato cultural no qual as verdades são fabricadas e postas em circulação”. Isso demonstra que o livro didático de Geografia opera como um currículo oculto e as imagens contidas neste material funcionam como mecanismos de produção de verdade, pois organizam percepções, legitimam narrativas e naturalizam relações de poder e exclusão social ao demarcar quem e o que é considerado relevante na hierarquia territorial.

Ao entender que a imagem ensina uma visão de mundo, de valores e quais comportamentos sociais e econômicos são aceitáveis, percebo existir ali regime de verdades. A imagem, por possuir estoque de verdade, vai moldando, constituindo nossas subjetividades. Ela é precisamente um veículo dos significados e mensagens simbólicas (Tonini, 2003, p. 36).

A autora evidencia o papel da imagem como um importante veículo ideológico, muito além de sua função ilustrativa. Ao reproduzir uma visão de mundo e demarcar quais comportamentos sociais e econômicos são aceitáveis, a imagem estabelece um regime de verdades, ou seja, adquire um estoque de verdade, sendo percebida não como uma representação construída, mas como um reflexo inquestionável da realidade, por isso se tornam um agente ativo que é capaz de influenciar os indivíduos na sociedade. Assim, as imagens funcionam como textos que naturalizam as hierarquias e articulam relações de poder, identidade e significado social através dos signos.

Ao verificar a forma como os livros didáticos distribuem e hierarquizam corpos, papéis e territórios, Tonini (2002) demonstra que tais materiais capturam e produzem identidades a partir de

marcadores interseccionados de gênero, etnia e geração, reforçando diferenças históricas no espaço escolar. Enfatiza que a produção dos livros didáticos de Geografia ainda falha na promoção de uma educação geográfica crítica e antirracista, reforçando a naturalização das desigualdades espaciais e sociais que são o centro do racismo estrutural. Assim, a (in)visibilidade no material didático não é acidental, mas um elemento ativo na construção de uma geografia escolar que silencia sujeitos e suas contribuições.

As imagens em livros didáticos exigem atenção criteriosa em sua seleção e uso. Elas não podem servir apenas como uma ilustração, precisam ser compreendidas como documentos históricos que carregam significados. O texto e a imagem precisam estar alinhados, pois a leitura visual também é uma forma de linguagem, no qual não podem ser analisadas de maneira dissociada pelo olhar.

4 LEITURA DAS IMAGENS: A CONSTRUÇÃO VISUAL DA MULHER NEGRA

Desde o período escravista, conforme aponta Gonzalez (1984), a figura da mulher negra tem sido constantemente vinculada a funções de servidão, cuidado doméstico ou à sexualização de seus corpos. Mesmo com transformações sociais ao longo do tempo, permanece recorrente a circulação de imagens que a retratam em posições subalternizadas, em atividades precarizadas ou próximas a relações de trabalho análogas à escravidão. Esses lugares sociais não são naturais, mas historicamente atribuídos às mulheres negras, que tiveram o acesso à educação negado, além de serem impedidas de acessar histórias que reconhecessem a centralidade e o protagonismo de seus ancestrais africanos na formação da sociedade brasileira.

Em livros didáticos de Geografia, as representações sociais de mulheres negras aparecem em baixa frequência em relação às imagens positivas da população branca, pois quando as mulheres negras aparecem nas imagens, ainda são vinculadas a estereótipos construídos e disseminados, como em situações de fome, escassez e mão-de-obra desqualificada, principalmente, mulheres africanas. Isso reforça a manutenção das imagens de controle, como por exemplo, da mulher escravizada, da mãe solo, refugiadas, em trabalhos de baixa qualificação e sempre em busca de recursos básicos para a sobrevivência familiar.

Segundo a pesquisa realizada por Silva (2005), há um apagamento histórico em relação às mulheres negras nos livros didáticos. Quando incluídas, essas figuras são frequentemente submetidas a enquadramentos de submissão e inferiorização, confinadas a papéis restritos de dependência social, como donas de casa, mães, esposas ou empregadas. Desse modo, os manuais negligenciam a centralidade e a importância que essas mulheres exerceram, e ainda exercem, na formação territorial do Brasil e nas lutas por uma sociedade mais justa e igualitária.

Essa ausência na representação do protagonismo feminino negro também é discutida por Santos e Jardim (2019) ao analisarem livros didáticos de Geografia do 7º ano focados na formação territorial brasileira. Os autores apontam que, nos materiais avaliados, não há menção às lutas históricas das mulheres negras para conquistar e garantir seu espaço no mercado de trabalho, na igualdade de direitos e na estruturação socioeconômica e espacial do país.

A pesquisa de Vieira (2021) que examinou coleções de Geografia e História do 7º e 9º ano correspondentes aos períodos de 2017-2019 e 2020-2023, confirma a persistência de uma baixa representatividade das figuras femininas negras e indígenas em comparação aos homens. Dessa forma, o estudo revela que as mulheres brancas aparecem em quantidade significativamente maior e, quando as mulheres negras figuram nas páginas, ocupam papéis secundários e raramente são associadas a espaços de prestígio social.

Conforme a pesquisa de Oliveira e Sampaio (2024), cujo intuito foi analisar as representações sociais da África e dos sujeitos negros africanos nos livros didáticos de Geografia do Ensino Fundamental II, demonstra que as mulheres negras continuam historicamente vinculadas a estereótipos de hipersexualização e subalternidade. Suas imagens aparecem quase sempre atribuídas à servidão, a trabalhos precarizados ou a contextos de vulnerabilidade social, marcados pela fome, escassez e mão de obra desqualificada.

A opção metodológica por investigar o livro didático caracteriza-se como uma pesquisa documental, amparada nas contribuições de Cellard (2012) e Pimentel (2001), que orientam a avaliação crítica de materiais impressos enquanto fontes primárias carregadas de intencionalidades políticas e discursos de época. No entanto, para que o documento escolar não seja lido de forma passiva, a leitura crítica das imagens foi desenvolvida a partir de elementos conceituais específicos do feminismo negro e da crítica decolonial. A partir desse arcabouço, desenvolveu-se a análise das imagens presentes em três coleções de livros didáticos de Geografia destinadas aos anos finais do Ensino Fundamental, aprovadas no Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD) nos anos de 2014, 2020 e 2024. Para desenvolver a leitura crítica dessas visualidades, os elementos analíticos utilizados transcorreram pela identificação das imagens de controle (Collins, 2019; Gonzalez, 1984) e do racismo genderizado (Kilomba, 2019). Esses conceitos permitiram examinar criticamente o objeto de estudo da pesquisa, composto por três imagens selecionadas: uma no volume do 7º ano (PNLD 2020), que aborda a formação territorial do Brasil, e duas nos volumes do 8º ano (PNLD 2014 e 2024), que discutem o continente africano, revelando como o espaço do livro didático perpetua ou contesta o silenciamento histórico da mulher negra.

A escolha das coleções, se deu pelo fato, de terem sido, estudadas e analisadas em pesquisas anteriores. Para o PNLD de 2014, a coleção selecionada foi “Geografia nos dias de Hoje” (Giardino,

2012) da editora Leya; a coleção selecionada de 2020 foi “Por Dentro da Geografia” (Ribeiro, 2018) da editora Saraiva e a de 2024 foi a coleção “Araribá Conecta Geografia” (Dellore, 2022).

A leitura crítica e antirracista das três imagens selecionadas dos livros didáticos de Geografia exige compreender que elas não apenas ilustram o conteúdo, mas participam ativamente da produção de significados sobre o mundo social, carregando valores, intencionalidades e ideologias que moldam o olhar e orientam interpretações (Oliveira Júnior, 2009). Quando se trata da representação de mulheres negras, essas imagens muitas vezes reforçam padrões históricos de exotização, subalternização ou silenciamento, sustentados por estruturas de racismo e sexismo que atravessam a sociedade brasileira.

Nesse sentido, a análise busca observar elementos como a posição ocupada pelas mulheres negras nas composições visuais, a centralidade ou marginalidade de seus corpos, expressões, vestimentas, formas de exposição corporal, relações estabelecidas com outros sujeitos da cena e os sentidos produzidos pelas imagens no contexto do conteúdo didático. Além disso, investiga-se como essas representações podem reforçar ou tensionar imagens de controle e estereótipos racializados sobre mulheres negras no espaço escolar. Assim, as três imagens selecionadas são examinadas a partir de suas composições visuais e discursivas, buscando evidenciar como contribuem para a manutenção ou contestação de narrativas hegemônicas sobre raça, gênero e poder.

4.1 A “mãe-negra” e a fixação da subalternidade nas representações do cotidiano

A primeira imagem analisada encontra-se no livro do 8º ano da Coleção Geografia nos dias de hoje (2014), no conteúdo referente ao continente africano. Observa-se que essa temática aparece apenas na quarta e última unidade da obra, organizada em três capítulos. A disposição do conteúdo ao final do livro didático revela aspectos importantes da organização curricular e das hierarquias de conhecimento presentes no ensino de Geografia, uma vez que conteúdos relacionados à África e à população negra frequentemente ocupam posições secundarizadas. Essa organização pode contribuir para que tais discussões sejam abordadas de forma reduzida ou, em alguns casos, não sejam trabalhadas durante o ano letivo, corroborando com as queixas docentes quanto ao tempo limitado para o aprofundamento do conteúdo em sala de aula.

A imagem mostra mulheres negras curvadas em uma plantação de tabaco, realizando trabalho manual. Uma delas carrega um bebê nas costas enquanto trabalha debaixo do sol, sem nenhuma proteção térmica (Figura 1). Ao fundo, um homem branco, em pé, com roupas limpas e postura ereta, observa a mulher. As mulheres ocupam a parte inferior e central da imagem, enquanto o homem aparece isolado, destacado e em posição de vigilância.

Figura 1 – Mulher negra sendo fiscalizada em plantação de tabaco, 2005



Fonte: Coleção Geografia nos Dias de Hoje - 8º ano (2014)

Essa imagem apresenta a estrutura de hierarquias territoriais (Tonini, 2002), na qual a etnia estava associada ao desenvolvimento com pessoas de peles claras, apresentando imagens em livros didáticos com empregos de alta capacidade, enquanto a população de pele escura era representada em atividades inferiores na sociedade. A interseccionalidade de gênero, raça e classe retrata como mulheres negras ocupam o lugar da subalternidade e o homem branco o papel do controle do espaço.

Como já mencionado anteriormente, Santaella (2012) coloca que toda imagem é um signo cultural, carregado de descrições ideológicas que organizam formas de ver e ler o mundo. Pode ser destacado através da imagem, a naturalização do trabalho “pesado” em plantações, no qual mulheres negras historicamente vistas como mão-de-obra barata, além da tentativa de trabalhar com os filhos presos às costas ou obrigadas a deixá-los deitados no chão sozinhos (Davis, 2016).

Essas mulheres eram e ainda são consideradas trabalhadoras fortes e cuidadoras, evidenciando as imagens de controle da *mammy* ou mãe preta e da matriarca (Collins, 2019), respectivamente. A ocultação e o silenciamento da mulher negra em materiais evidenciam a negação da presença do corpo negro feminino nos territórios, mostrando nitidamente a narrativa racista e machista presente nos livros didáticos.

O sistema escravista definia o povo negro como propriedade. Já que as mulheres eram vistas, não menos do que os homens, como unidades de trabalho lucrativas, para os proprietários de escravos elas poderiam ser desprovidas de gênero. Nas palavras de um acadêmico, “a mulher escrava era, antes de tudo, uma trabalhadora em tempo integral para seu proprietário, e apenas ocasionalmente esposa, mãe e dona de casa”. A julgar pela crescente ideologia da feminilidade do século XIX, que enfatizava o papel das mulheres como mães protetoras, parceiras e donas de casa amáveis para seus maridos, as mulheres negras eram praticamente anomalias (Davis, 2016, p. 22)

Davis (2016) argumenta que o processo histórico da escravização foi um período de perversidade que a população negra enfrentou por muitos séculos. As mulheres negras escravizadas não eram vistas como mulheres, pois eram tratadas como mercadorias lucrativas e reprodutoras, sendo reduzidas a condição de fêmeas. Essa herança escravocrata ainda deixa marcas nesses corpos negros considerados hipersexualizados e sem feminilidade quando se referem ao trabalho escravo, pois as mulheres negras eram consideradas tão fortes quanto aos homens negros, além de sofrerem abusos sexuais e vários tipos de violências.

Kilomba (2019) explica que o racismo que incide sobre mulheres negras é genderizado, produzindo opressões, sendo esse corpo lido como resistente e capaz de suportar as condições extremas, que está sempre disponível ao trabalho e incapaz de ser cuidada, apesar de demonstrar cuidado com todos ao seu redor. Essa mulher que carrega seu filho nas costas enquanto se curva ao trabalho, representa essa construção histórica de que a mulher negra carrega a força motriz e reprodutiva, sem ser considerado como violência, sofrendo duas vezes o efeito do racismo.

É importante evidenciar que a identidade dessas mulheres é capturada por um discurso visual que naturaliza sua posição subalterna. Elas não têm nome, o seu rosto não aparece, trabalham no coletivo e tratadas como força de trabalho. Ao destacar esta imagem, cria-se uma ideia entre silenciamento, presença e ausência, visibilidade e invisibilidade, pois a ocultação do rosto pode ser lida como uma metáfora para a invisibilização histórica dos corpos negros, principalmente das mulheres negras, em espaços públicos, em cargos de prestígio social e na mídia.

Munanga (2006) evidencia que, nas imagens, pessoas negras são apresentadas de maneira estereotipadas ou são invisibilizadas. Essas representações distorcidas ou de apagamento revelam como a imagem é sempre atravessada por escolhas ideológicas e políticas, definindo quem pode ser visto, como é visto e com quais significados. A (in)visibilidade não ocorre apenas quando a mulher negra não aparece, mas também quando aparece de forma estereotipada, limitada e ideologicamente orientada.

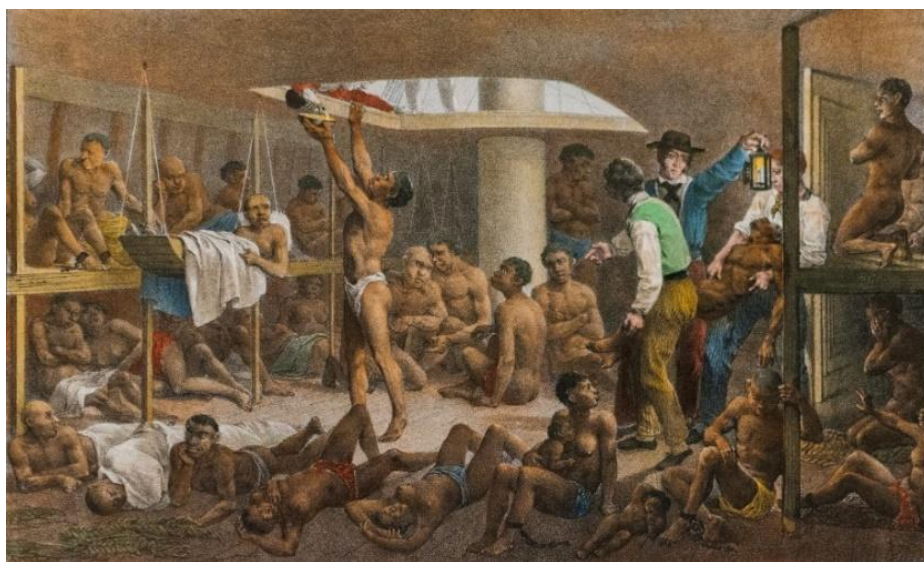
4.2 Violência Colonial: hipervisibilidade da dor e a desumanização dos corpos negros

A imagem que será apresentada está presente no livro do 7º ano da Coleção “Por dentro da Geografia” (2020) e compõe o capítulo que trata da formação do território brasileiro, com a chegada e comércio dos escravizados no país. Ressalta-se que essa mesma imagem aparece no livro aprovado no PNLD de 2014 da mesma coleção estudada.

Uma imagem clássica e recorrente nos livros didáticos de Geografia e de História é a gravura do artista Johann Moritz Rugendas (1808-1858) intitulada de Navio Negreiro (Figura 2), que retrata

negros no fundo do porão de um navio negreiro. A imagem é acompanhada de uma legenda dizendo que os negros escravizados eram forçados a embarcar nos navios e viajavam para o Brasil amontoados em porões. O texto ressalta que devido às más condições, muitos morriam durante o trajeto e os corpos eram jogados ao mar. O período da escravização persistiu por mais de 300 anos, considerado um período de dor, sofrimento, crueldade e subalternidade.

Figura 2 – “Negros no fundo do porão” em navios negreiros (Rugendas, 1835)



Fonte: Coleção Por Dentro da Geografia - 7º ano (2020)

Nesta gravura, as mulheres negras escravizadas aparecem de forma secundária e diluída entre os demais corpos, geralmente deitadas, sem protagonismo e acompanhadas de crianças. Essa disposição produz uma representação marcada pela passividade e pela subalternidade, reforçando a desumanização e a ausência de individualidade desses sujeitos. Além disso, a nudez e a exposição parcial de seus corpos evidenciam um regime visual colonial que associa a mulher negra à objetificação e à hipersexualização.

O corpo negro feminino constitui um eixo central de análise deste trabalho, uma vez que aparece nos livros didáticos de Geografia tanto por meio de representações estereotipadas quanto por ausências significativas. Essas formas de visibilidade e invisibilidade se articulam às imagens de controle (Collins, 2019), que historicamente reduzem as experiências das mulheres negras em papéis sociais subalternizados, como a da trabalhadora braçal ou da figura exótica.

A experiência do racismo e essa memória da escravidão estão fundidas, principalmente, na corporeidade dos sujeitos negros. O corpo, nesse caso, ao tempo que é um efetivo produtor do espaço e o artífice das experiências do indivíduo no lugar, conforma hierarquias raciais.” (Cirqueira, 2017, p. 74-75).

Nesta citação de Cirqueira (2017) compreende-se como, nos livros didáticos de Geografia, o corpo feminino negro aparece quase sempre reduzido a estereótipos, marcado por hierarquias raciais e sociais. Assim como, no ambiente escolar, este corpo é constantemente lido como sinal de diferença e subalternidade, invisibilizando-o como sujeito de conhecimento. Os livros didáticos também reproduzem representações que fixam as mulheres negras em papéis sociais e limitam a construção de outras narrativas sobre sua atuação histórica, científica e cultural.

Assim, o corpo é mobilizado como marcador de diferença (Damasceno, 2008) e de hierarquia, ao mesmo tempo em que é silenciado enquanto lugar de saber e de produção de conhecimento, também é hipersexualizado, objetificado e visto como mercadoria no período da escravidão. Nesse sentido, ao problematizar tais representações, este artigo busca tensionar o corpo negro feminino não apenas como objeto de controle simbólico, mas como território de resistência, no qual emergem outras narrativas possíveis para a presença das mulheres negras no Ensino de Geografia.

De acordo com Sirqueira (2022, p. 67), as obras de Rugendas são fontes visuais importantes do século XIX no Brasil, no qual evidenciavam o cotidiano da sociedade e dos grupos sociais atravessados pelo olhar do colonizador. O artista “representava o que via a partir do olhar europeu, do estilo neoclássico, fazendo representações muitas vezes idealizadas”. A imagem de Rugendas contradiz o que foi esse período, lançando o seu olhar europeu e do colonizador sobre o tráfico e a escravidão. Aquilo que ele imaginava ou representava sobre a travessia em um navio negreiro não corresponde aos relatos da época e dos documentos históricos.

Rugendas faz, portanto, uma representação inversa, o artista coloca os escravizados em posições de descanso e conforto, os homens e mulheres tem seus corpos em evidência, as mulheres em primeiro plano com os seios desnudos se deitam quase como se estivessem a tomar sol, não há aperto, não há nenhuma cena chocante, a imagem em nada dialoga com o texto do conteúdo, o máximo que Rugendas nos mostra é um homem desfalecido sendo carregado por dois homens brancos, entretanto, não há tensão na cena, não se vê, nem se sente o sofrimento dos porões descrito no texto (Sirqueira, 2022, p. 93-94).

A pintura de Rugendas é organizada visualmente para revelar a realidade brutal dos porões e a dimensão do horror, no qual a violência, a fome, as doenças e as condições desumanas são representadas de forma controlada, suavizada e filtrada pelo olhar colonial do artista. Rugendas não pinta a escravidão a partir do ponto de vista dos cativos, mas a partir do lugar de autoridade do colonizador que observa, cataloga e captura os corpos negros como objetos de estudo e registro. A imagem, portanto, denuncia a brutalidade e, também, a estetiza e enquadra dentro de um regime colonial.

Essa imagem trouxe os africanos pacíficos e submissos, evidenciando a imagem de controle da Mammy ou da “mãe preta” (Collins, 2019), sem nenhum tipo de resistência, pois foram imobilizados e acorrentados. Quanto à vestimenta, estão cobertos com panos e outros sem roupas. Também há a presença de crianças, de um homem negro, provavelmente sem vida, sendo carregado por homens brancos bem-vestidos e frios com a situação desumana. A pintura enfatiza a romantização do transporte como “algo natural”, sendo que os escravizados foram transportados empilhados e em situações desumanas (Oliveira; Sampaio, 2024).

A escolha do ângulo superior, a iluminação que incide sobre os corpos, o contraste entre a nudez dos africanos e o vestuário dos homens brancos constroem sentidos. Não se trata de um retrato neutro, mas de uma imagem que organiza o olhar do observador para compreender a escravização a partir de relações hierárquicas de sujeitos negros como oprimidos, sujeitos brancos como opressores. A imagem, assim, produz um regime de significação que reforça a estrutura colonial do olhar, no qual a população escravizada aparece como “tipo humano”, notado pela posição, pela cor e pela falta de individualidade.

A presença das mulheres negras é particularmente reveladora para compreender o racismo genderizado (Kilomba, 2019) e as imagens de controle que estruturam o imaginário colonial (Collins, 2019). Embora a pintura apresente mulheres entre as pessoas escravizadas, sua representação é secundária, marginal e frequentemente borrada, parcialmente ocultada pelo conjunto dos corpos masculinos. As mulheres aparecem deitadas no chão com suas crianças, muitas vezes, sem qualquer sinal de individualidade, estão despidas ou seminuas, reforçando a associação colonial e estereotipada da desumanização do corpo e da hipersexualização da mulher negra.

Isso corresponde a imagem de controle da “Jezebel” (Collins, 2019) e ao estereótipo da “mulata” (Gonzalez, 2020), que naturalizam a ideia da mulher negra como corpo explorável, reprodutivo, objetificado e silencioso. Como ela não está sendo representada a partir do viés colonial como trabalhadora, mãe, figura social, ela foi reduzida ao corpo objetificado, disponível e subalterno, ressaltando a violência sexual sofrida por elas durante o período escravagista, no qual não foi documentado por Rugendas.

Como mulheres, as escravas eram inerentemente vulneráveis a todas as formas de coerção sexual. Enquanto as punições mais violentas impostas aos homens consistiam em açoitamentos e mutilações, as mulheres eram açoitadas, mutiladas e também estupradas. O estupro, na verdade, era uma expressão ostensiva do domínio econômico do proprietário e do controle do feitor sobre as mulheres negras na condição de trabalhadoras (Davis, 2016, p. 24)

Como analisa Davis (2016), os corpos negros femininos sofreram múltiplas violências, interseccionados em raça, classe e gênero, tornando-se duplamente vulneráveis e sujeitos a um

sistema que apropriava de seu corpo e trabalho como controle econômico e social, fundamentais para a manutenção do escravagismo e da acumulação de riqueza dos senhores. Esses corpos são geralmente racializados, sexualizados, desumanizados e colocados na mídia em geral como mercadoria.

Desse modo, a representação das mulheres negras na gravura de Rugendas evidencia um duplo movimento: por um lado, sua invisibilização enquanto sujeitos históricos; por outro, sua hipervisibilização enquanto corpos. Esse tensionamento revela como a imagem participa da produção e circulação de imagens de controle, contribuindo para a naturalização de estereótipos e para a manutenção de um imaginário colonial que associa a mulher negra à subalternidade, à objetificação e ao silêncio.

4.3 Entre visibilidade e controle: a representação contida da liderança feminina negra

Ao observar as coleções aprovadas no PNLD de 2024, averiguou-se que as imagens de pessoas estão sendo reduzidas e substituídas por um maior número de mapas, gráficos, paisagens naturais, textos. A escolha desta imagem que será analisada foi pelo fato da pouca representatividade negra no campo científico. Encontra-se no livro do 8º ano da “Coleção Araribá Conecta” (2024), ressaltando que no continente africano, que é berço da humanidade encontra-se vestígios antigos de tecnologias humana e inovações da Matemática e da Arquitetura.

Historicamente, as mulheres negras foram sistematicamente excluídas dos espaços de produção de conhecimento, em detrimento das interseções entre racismo, sexismo e classismo que atravessam a estrutura social brasileira. O conhecimento científico ainda é marcado por uma lógica eurocêntrica, colonialista e patriarcal, que desde o período pós-abolição, construiu-se negando o acesso de mulheres negras, e de maneira geral, à população negra, à educação e espaços de prestígio social (Gonzalez, 2020).

Sua representatividade nas universidades, compreendidas como territórios de disputa, elitizados e racializados, permanece reduzida e ainda continuam a reproduzir a ideia de que esse espaço “não é para elas”, reflexo de um sistema racista, sexista, elitista que marginalizou e ainda marginaliza suas vozes e seus saberes (Conceição; Xavier, 2024).

A imagem apresenta uma mulher queniana atuando em um laboratório científico, manipulando equipamentos e utilizando um microscópio em um ambiente organizado e avançado (Figura 3). Seu jaleco branco, as luvas, o uso de fones e a concentração na atividade representam um cenário que, no imaginário social, é associado ao saber científico, um espaço que as mulheres negras raramente ocupam na sociedade e nas representações dos livros didáticos.

Figura 3 – Cientista em centro de pesquisas no Quênia (2020)



Fonte: Coleção Araribá Conecta - 8º ano (2024)

De acordo com Santaella (2012), não se trata apenas em observar o que está presente, mas de compreender os significados culturais que se articulam no ato de ver. Assim, o enquadramento da mulher negra como cientista vai ao desencontro do que grupos dominantes perpetuam, pois confronta um sistema visual escolar que, por décadas, representou o conhecimento científico como território exclusivo de homens brancos. No entanto, a autora ressalta que toda imagem é construída a partir de escolhas culturais que podem tanto ampliar quanto limitar sentidos.

Collins (2019) mostra que esta representação pode ser lida como um interessante contraponto às imagens de subalternidade e hipersexualização historicamente atribuídas às mulheres negras. A figura negra feminina aparece associada ao conhecimento, à precisão técnica, à racionalidade. Essas características ainda são negadas ao corpo negro feminino pela construção colonial e racista que buscou animalizá-lo, hipersexualizá-lo e desumanizá-lo. Entretanto, a autora indica que as imagens de controle não desaparecem facilmente, elas podem ser tensionadas e transformadas, mas não eliminadas apenas por meio da inserção de representações positivas.

Todavia, como aponta Collins (2019), mesmo quando a mulher negra é representada de forma positiva, ainda assim, essa imagem pode reforçar uma imagem de controle, especialmente a figura da “*Black Lady*”. Trata-se daquela mulher negra que, apesar de ter concluído seus estudos e alcançado uma posição profissional valorizada, continua a ter sua competência e seu mérito constantemente questionados. Assim, mesmo uma representação aparentemente positiva não escapa às dinâmicas do racismo e do sexismo, revelando como a seleção das imagens nos livros didáticos é atravessada por olhares que reproduzem hierarquias e desconfianças racializadas.

Diante do racismo genderizado (Kilomba, 2019), a presença da mulher negra em um ambiente científico provoca rupturas, mas também traz questionamentos, do motivo que imagens como estas

são raras nos livros didáticos. De acordo com a autora, o racismo e o sexismo são sistemas de poder que determinam quem pode ser visto e reconhecido como sujeito pleno. Assim, mesmo em um cenário científico e tecnológico, é necessário observar como a imagem ainda carrega camadas de disputa por legitimidade e reconhecimento, mesmo funcionando como ruptura e como estratégia de cumprimento da Lei 10639/2003.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A sociedade é representada por imagens escolhidas pelos grupos dominantes para controlar “grupos minoritários”. As representações são compostas de estereótipos e ideologias que são referendadas pelo senso comum e orientam as ações coletivas e individuais relacionadas a discriminação, racismo e outros tipos de preconceitos referentes a gênero, classe, raça, orientação sexual e religião. A partir desta forma de pensar o mundo são recriados “conhecimentos” expressos a partir de “novas” imagens, mitos, lendas, músicas, filmes e a mídia em geral. As Imagens de Controle não são destinadas somente às mulheres, elas se aplicam em todos os grupos sociais, que acreditam e agem de acordo com elas. São usadas para dar sentido à realidade, o que por sua vez permite a organização social em modelos pré-definidos.

Ressalta-se que as imagens presentes nos livros didáticos constroem significados e circulam em outros meios, como por exemplo, na grande mídia, sempre buscando naturalizar as narrativas coloniais como únicas. A análise das três imagens confirma que o livro didático de Geografia, enquanto artefato cultural, não apenas transmite conteúdos, mas produz e faz circular significados que moldam percepções sociais sobre raça, gênero e classe. Ao observar como as mulheres negras são representadas, seja escravização, pela exotização ou pela negação dos espaços sociais, evidencia-se o racismo genderizado (Kilomba, 2019), considerado um dispositivo que articula raça e gênero para posicionar as mulheres negras em lugares específicos de subalternidade.

As imagens analisadas mostram como funcionam as imagens de controle (Collins, 2019), como por exemplo, a da mulher negra escravizada ou submissa, a mulher negra folclorizada, transformada em objeto e a mulher negra qualificada, apresentada como “exceção”, reforçando o mito da meritocracia. Em todas as ocorrências, as representações sociais constroem narrativas que naturalizam desigualdades, ao mesmo tempo em que silenciam histórias, resistências e saberes das mulheres negras.

A formação inicial e continuada de professores precisa incorporar discussões sobre leitura de imagens, análise crítica do livro didático e compreensão das linguagens que sustentam a desigualdade racial e de gênero. Decolonizar o olhar significa romper com as narrativas que

cristalizam lugares sociais e abrir espaço para novas formas de ver, reconhecer e representar os sujeitos negros na produção do conhecimento geográfico.

O professor de Geografia precisa decolonizar o currículo e desnaturalizar as imagens que depreciam as mulheres negras nos livros didáticos, aproximando a discussão para a realidade do estudante, para que ele venha pensar no papel social das mulheres negras no contexto histórico-social que ele está inserido. Dessa forma, o ensino de Geografia será capaz de apropriar de discussões que perpassam as desigualdades de raça, gênero e classe gênero em diferentes perspectivas, contribuindo assim, com uma educação antirracista, libertadora e emancipatória.

REFERÊNCIAS

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Polén, 2019.

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo Estrutural**. São Paulo: Pólen, 2019.

BORGES, Rosane da Silva. Mídia, racismos e representações do outro: ligeiras reflexões em torno da imagem da mulher negra. In: BORGES, Roberto Carlos da; BORGES, Rosane da Silva (Org.) **Mídia e racismo**. Petrópolis, DP et Alli / Brasília, ABPN, 2012, p. 178-203.

CELLARD, André. A análise documental. In: POUPART, Jean et al. **A pesquisa qualitativa: enfoques teóricos e metodológicos**. Petrópolis: Vozes, 2012. p. 295-316.

CIRQUEIRA, Diogo Marçal. Racismo e experiência do lugar em estudantes negras e negros. **Geografia, Ensino & Pesquisa**, vol. 21, n. 2, p. 72-87, 2017.

COLLINS, Patrícia Hill. **Pensamento Feminista Negro: Conhecimento, consciência e a política do empoderamento**. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2019. 493p. Tradução Jamille Pinheiro Dias.

COLLINS, Patrícia Hill; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. Boitempo Editorial, 2021.

CONCEIÇÃO, Caliane Costa dos Santos da; XAVIER, Antônio Roberto. Representatividade de mulheres negras na ciência e ações afirmativas: estudo no Instituto Federal de Educação em Salvador – Bahia. Revista da ABPN, v. 15, n. 43, jan.-fev., 2024. Disponível em: <https://abpnrevista.org.br/site/article/view/1410>. Acesso em: 26 jun. 2025.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Estudos Feministas**, ano 10, n. 1, p. 171-188, 2002. <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2002000100011>

DAMASCENO, Janaína. O corpo do outro. Construções raciais e imagens de controle do corpo feminino negro: o caso da Vênus Hotentote. **Anais...** Seminário Internacional Fazendo Gênero 8. Florianópolis, UFSC, de 25 a 28 de agosto de 2008, p. 01-07.

DAVIS, Angela. O legado da escravidão: parâmetros para uma nova condição da mulher. In: _____. **Mulheres, Raça e Classe**. 1ª ed. - São Paulo: Boitempo, 2016, p. 21-46.

DELLORE, Cesar Brumini (Orgs.). **Araribá Conecta Geografia**, 8º ano: manual do professor. 1ª ed. São Paulo: Moderna, 2022.

GIARDINO, Cláudio; *et al.* **Geografia nos dias de hoje** – Geografia, 8º ano. – 1. ed. São Paulo: LEYA, 2012.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano**: ensaios, intervenções e diálogos. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje**, Anpocs, 1984, p. 223-244.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Censo Demográfico 2022: População por cor ou raça: Resultados do universo. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/saude/22827-censo-demografico-2022.html>. Acesso em: 20 out. 2025

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação**: episódios de racismo cotidiano. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019. 244 p.

MUNANGA, Kabengele. **Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia**. Programa de educação sobre o negro na sociedade brasileira. Tradução. Niterói: EDUFF, 2004. Disponível em: https://biblio.fflch.usp.br/Munanga_K_UmaAbordagemConceitualDasNocoosDeRacaRacismoIdentidadeEEtnia.pdf. Acesso em: 22 maio 2026

OLIVEIRA JÚNIOR, Wenceslao M. de. Grafar o espaço, educar os olhos: rumo a geografias menores. **Pro-Posições**. 2009, v. 30, n. 3, p. 17-28. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pp/a/qJyszWwyZjGLvnnBvHFWJMJ/?format=html&lang=pt>. Acesso em: 19 nov. 2025.

OLIVEIRA, Ana Flávia Borges de; SAMPAIO, Adriany de Ávila Melo. Um olhar sobre o livro didático de Geografia do Ensino Fundamental II – PNLD 2014 e 2020: representações sociais dos negros africanos e da África. **Boletim Paulista de Geografia**, n. 111, jan.-jun. 2024. Disponível em: <https://publicacoes.agb.org.br/boletim-paulista/article/view/3077>. Acesso em: 01 mar. 2024

PIMENTEL, Alessandra. O método da análise documental: seu uso numa pesquisa historiográfica. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 114, p. 179-195, nov. 2001.

RIBEIRO, Wagner Costa. **Por dentro da Geografia**, 7º ano: ensino fundamental, anos finais. 4ª ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

SANTAELLA, Lucia. **Leitura de imagens**. São Paulo: Melhoramentos, 2012.

SANTOS, Renata Ramos dos; JARDIM, Silvia Regina Marques. O papel social da mulher negra em livros didáticos de Geografia do 7º ano: uma análise do capítulo referente à população brasileira. **Anais...** Colóquio Nacional e Colóquio Internacional do Museu Pedagógico. Vitória da Conquista: UESB, 2019. Disponível em: <https://anais.uesb.br/index.php/cmp/article/view/8953/8609>. Acesso em: 18 maio 2026.

SILVA, Ana Célia da. **Desconstruindo a discriminação do negro no livro didático**. Salvador: EDUFBA, 2005.

SILVA, Taís de Medeiros; TONINI, Ivaine Maria. A potência educativa das imagens dos corpos negros no livro didático de geografia. **Boletim Alfenense de Geografia**, Alfenas, v. 2, n. 4, p. 76-94, 2022. <https://doi.org/10.29327/243949.2.4-5>

SIRQUEIRA, Karoline Lima. **A imagem como documento: a história dos africanos e afro-brasileiros por meio das imagens nos livros didáticos de história**. 2022. 146f. Dissertação (Mestrado em Ensino de História) – Programa de Mestrado em Ensino de História, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2022.

TONINI, Ivaine Maria. **Identidades Capturadas: gênero, geração e etnia na hierarquia territorial dos livros didáticos de Geografia**. 2002. 139f. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002.

TONINI, Ivaine Maria. Imagens nos livros didáticos de Geografia: seus ensinamentos, sua pedagogia. **Mercator**, Fortaleza, v. 4, n. 2, p. 35-44, 2003.

VIEIRA, Ana Karoline de Souza. **A representatividade de mulheres negras e indígenas nos livros didáticos de História e Geografia do 7º e 9º ano de 2017 a 2023: entre avanços e retrocessos**. 2021. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) – Fundação Universidade Federal de Rondônia, Ji-Paraná, 2021. Disponível em: https://ri.unir.br/jspui/bitstream/123456789/3295/1/TCC_Ana_Karoline_de_Souza_Vieira.pdf. Acesso em: 19 maio 2026.

AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi realizado com o apoio financeiro da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG), Brasil. Processo nº 5.10/2022.

Submetido em 19 de janeiro de 2026.
Aprovado em 22 de maio de 2026.



Este artigo está licenciado sob a Creative Commons Attribution 4.0 License.